



Resposta 12/07/2022 10:22:04

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2022

IMPUGNAÇÃO 01

1. Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA S.A., CNPJ nº 63.554.067/0001-98, doravante denominada "IMPUGNANTE", neste ato representada por Elisa Rafaella Pereira Lopes.

2. A íntegra da impugnação de da resposta do Pregoeiro está disponível no Portal de Transparência do TRE-RO, no endereço: <https://www.tre-ro.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes/licitacoes-2022/pregoes-eletronicos>.

3. Da ausência de previsão de reajuste por sinistralidade:

3.1. Quesito:

Em síntese, a impugnante registra que o edital e seus anexos não prevê reajuste de preços por sinistralidade, o qual consiste em um índice de reajuste a ser aplicado caso a despesa anual que a operadora teve com aquele grupo de beneficiários ultrapasse um determinado percentual da receita do mesmo período. Em razão disso, passa a argumentar que se faz imprescindível constar no Edital a previsão de reajuste de preço para quando a sinistralidade alcance os 70% (setenta por cento).

3.2. Manifestação da Unidade Técnica-Demandante:

A Impugnante registra que, dá da análise de todas as disposições do edital e de seus anexos, não há qualquer previsão quanto ao **reajuste de preços por sinistralidade**, o qual consiste em um índice de reajuste a ser aplicado caso a despesa anual que a operadora teve com aquele grupo de beneficiários ultrapasse um determinado percentual da receita do mesmo período, motivo pelo qual argumenta que se faz imprescindível constar no Edital a previsão de reajuste de preço para quando a sinistralidade alcance os 70% (setenta por cento).

Esta unidade se manifesta contrariamente aos argumentos da impugnante.

Uma vez que a CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA da minuta do futuro contrato, Anexo IV do edital do certame, traz na Subcláusula Sexta a possibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro previsto no § 6º do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e na Subcláusula Sétima a disposição de que os valores poderão ser reajustados, após decorridos 12 (doze) meses, pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice que venha substituí-lo, de acordo com regulamentação do órgão governamental competente, com o registro de que o marco inicial a partir do qual se computa o período de 12 (doze) meses para a aplicação de índices de reajustamento é a data de apresentação da proposta da contratada ou a do orçamento a que a proposta se referir.

A redação é abrangente e possibilita à administração a análise de todas as variáveis apresentadas pela contratada, observando-se as referências do mercado e as singularidades da contratação como um todo.

Nesse sentido, o recente **Acórdão TCU n. 679/2018 – Plenário** (referendado pelo Acórdão em embargos de declaração n. 1188/2018), que vê na sinistralidade apenas um parâmetro que pode ser mensurado (se devidamente comprovado) no decorrer da execução do contrato e sua efetiva repercussão nos preços ajustados, estando já compreendida no campo da eventual revisão de valores por meio do reequilíbrio econômico-financeiro já estabelecida pelas regras do contrato aqui indicadas.

3.3. Resposta do Pregoeiro:

Acolho a manifestação da unidade técnica-demandante e a adoto integralmente como fundamento para a resposta ao quesito. Correto o entendimento da unidade demandante, pois, conforme dispositivos citados, que constam da minuta do contrato (anexo IV do edital), há previsão de possibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro. Também correto o entendimento no sentido de que a redação é abrangente e possibilita à administração a análise de todas as variáveis apresentadas pela contratada.

4. Da irregularidade da Qualificação Econômico-Financeira – Ausência de balanço patrimonial:

4.1. Quesito:

A Impugnante registra que o artigo 31 da Lei n. 8.666/93, prevê que a administração pública **deverá**, quando da qualificação econômico-financeira, verificar o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa licitante.

Destaca que o balanço patrimonial é a única e suficiente demonstração contábil destinada a evidenciar, qualitativa e quantitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da entidade.

Menciona, ainda que o objetivo da administração não é inserir no edital o maior número de exigências possíveis, mas apenas aquelas suficientes a revelar a capacidade econômico-financeira do licitante.

4.2. Manifestação da Unidade Técnica-Demandante:

(...) quanto da irregularidade da qualificação econômico-financeira – ausência de balanço patrimonial, acolho o questionamento.

4.3. Resposta do Pregoeiro:

Considerando a manifestação da unidade demandante, a qual adoto como fundamento, o certame será suspenso para as devidas modificações no Termo de Referência.

5. Decisão:

5.1. Por todo o exposto e considerando a competência a mim atribuída pelo art. 17, II, do Decreto 10.024/2019, e pelo item 2.4 do Edital de Pregão Eletrônico SRP 01/2022:

I – Julgo parcialmente procedente a impugnação;

II – Mantenho os termos do edital no tocante ao reequilíbrio econômico-financeiro;

III – Acato a modificação no que diz respeito à qualificação econômico-financeira, para incluir o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis.

5.2. Em observância ao §4º, do artigo 21 da Lei n. 8.666/93 e considerando que a decisão altera as cláusulas do instrumento convocatório, o edital será ajustado e republicado e os prazos, reabertos.

6. A impugnação foi respondida por e-mail à impugnante e disponibilizada no sistema COMPRASNET e no Portal de Transparência do TRE-RO, além de juntado aos autos do proc. administrativo respectivo.

Porto Velho, 12 de julho de 2022

HERMENSON PEREIRA DA SILVA

Pregoeiro

Fechar